



TERMINAL ESPECIALIZADO DE BARRA DO RIACHO S.A.

CNPJ Nº 28.497.394/0001-54

CAMINHO DE BARRA DO RIACHO, S/Nº - CEP 29.197-000 - ARACRUZ - ESPÍRITO SANTO



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

VISÃO GERAL - A Portocel - Terminal Especializado de Barra do Riacho S.A. foi constituída em 1985 e tem como atividade a operação do Porto Organizado de Barra do Riacho, de propriedade de seus acionistas Suzano S.A. ("Suzano") e Celulose Nipo-Brasileira S.A. - CENIBRA ("Cenibra"). Os principais serviços prestados por Portocel são: Embarque de celulose; Embarque de produtos siderúrgicos; Desembarque de sal; Recebimento de madeira por barcaças; e Recebimento de celulose por barcaças. Em 2025 o Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos obtido com prestação de serviços totalizou R\$ 62.262 mil ("2%" superior à registrada em 2024, de R\$ 60.787 mil).

MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO - Em 2025, a Companhia deu continuidade aos investimentos e iniciativas voltadas à digitalização, automação e inteligência de dados, com foco em elevar a eficiência operacional, a previsibilidade dos processos e os padrões de segurança na movimentação de cargas. O Spreader Automático permaneceu como uma das principais frentes de modernização, contribuindo para a redução da exposição de trabalhadores a áreas de risco. Em 2025, o equipamento alcançou recorde de movimentação, superando 395 mil toneladas de celulose, refletindo a evolução do desempenho e a maior maturidade de um sistema pioneiro no setor. A Companhia também avançou com o projeto do Veículo Autônomo, com a homologação de mais uma rota nas vias internas do terminal e a continuidade de testes em operação assistida, mantendo a condução gradual e controlada da tecnologia, com ênfase em

segurança e confiabilidade. Outra iniciativa em desenvolvimento é a aplicação de Visão Computacional, voltada à digitalização de tempos e movimentos da operação, por meio da captura e análise automatizada de imagens. A solução busca agregar dados estruturados, ampliando a base para inteligência de negócio e suporte à tomada de decisão, com potencial de ganhos em eficiência e segurança. No âmbito da otimização de atracação e desatracação, o uso do Calado Dinâmico seguiu contribuindo para redução de horas de berço. Em 2025, a solução passou a abranger uma maior gama de navios, ampliando o potencial de captura de eficiência ao longo das operações. Como parte das metas estratégicas, o programa de intraintrapreendedorismo permaneceu ativo, estimulando a participação dos colaboradores na proposição de melhorias e inovações incrementais voltadas à eliminação de perdas e aprimoramento contínuo dos processos. Por fim, foram fortalecidas parcerias com ecossistemas e hubs de inovação, como o Inovar (Ecossistema de Inovação de Aracruz) e a Base27, ampliando conexões com startups, universidades e instituições e contribuindo para o avanço da agenda de inovação.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO - Resultados - As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais

estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras da Companhia estão expressas em milhares de reais ("R\$") e as divulgações de montantes, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma. **Receita Líquida** - A receita líquida da Companhia em 2025 foi de R\$ 287.549 mil, 16% superior à receita líquida registrada em 2024, de R\$ 248.202 mil, resultado do aumento da receita operacional com prestação de serviços em 2024. **Custo dos Serviços Prestados** - O custo dos serviços prestados em 2025 totalizou R\$ 199.531 mil, 15% superior ao registrado em 2024, de R\$ 173.234 mil. O principal fator foi o aumento do volume embarcado, refletindo no aumento nos custos operacionais. **Lucro Bruto** - O aumento do lucro bruto de R\$ 74.968 mil em 2024 para R\$ 88.018 mil em 2025 é explicado pelo resultado operacional acima exposto. **Despesas Administrativas** - As despesas administrativas totalizaram R\$ 30.173 mil em 2025, 2% inferior ao montante registrado em 2024 de R\$ 30.841 mil. **Resultado Financeiro Líquido** - O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 9.312 mil em 2025. Esse resultado reflete, principalmente, o aumento do rendimento das aplicações financeiras. **Resultado Líquido** - Como resultado do exposto acima, a Companhia registrou lucro de R\$ 60.200 mil em 2025, em comparação ao lucro de R\$ 60.188 mil do ano anterior. **Liquidez** - A posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em 2025 apresentou um aumento de 32% comparado a R\$ 82.368 mil em 2024, dos quais 93% estavam

aplicados em fundo exclusivo e títulos privados (CDBs) que alocam recursos em instrumentos de renda fixa que são instituições financeiras privadas e o restante estava aplicado em investimentos de curto prazo.

DIVIDENDOS - A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo, com base delimitado no estatuto social, no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é destacado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido como "Dividendos adicionais propostos", até que ocorra a aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Após aprovação, é efetuado lançamento dos dividendos adicionais no passivo circulante. Em razão da Companhia ter apurado um lucro líquido no ano de 2025, no valor de R\$ 60.200 mil, há constituição de dividendo mínimo a ser distribuído em 2025.

SUSTENTABILIDADE - A Companhia está sujeita ao mesmo nível de sustentabilidade estabelecido pela sua Controladora, a Suzano S.A. **GOVERNANÇA** - A Companhia está sujeita ao mesmo nível de governança estabelecido pela sua Controladora, a Suzano S.A.

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS - A Companhia está sujeita ao mesmo nível de auditoria e controles internos estabelecidos pela sua Controladora, a Suzano S.A. **PESSOAS** - A Companhia está sujeita aos mesmos pilares de construção e vivência da Cultura estabelecidos pela sua Controladora, a Suzano S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais					
	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido		
Ativo			2025	2024	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	108.758	82.368	11.218	11.260	
Contas a receber de clientes (Nota 9)	47.873	41.804	14.481	11.636	
Estoques	1.041	758	11.227	11.107	
Tributos a recuperar (Nota 11)	4.711	7.087	5.655	4.407	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (Nota 11)	2.869	3.106	1.416	976	
Adiantamentos a fornecedores (Nota 12)	4.703	6.939	4.421	1.275	
Outros ativos	608	1.033	5.547	4.976	
	170.563	143.095	53.967	45.637	
Não circulante					
Tributos diferidos (Nota 14 (a))	6.754	6.660	6.422	6.913	
Depósitos judiciais	3.697	2.896	34	41	
	10.451	9.556	6.456	6.954	
Imobilizado (Nota 15)	163.847	153.593	60.423	52.591	
Intangível (Nota 16)	1.538	3.350	163.617	163.617	
Total do ativo não circulante	175.836	166.499	122.359	93.386	
			285.976	257.003	
Total do ativo	346.399	309.594	346.399	309.594	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais					
	Capital social	Legal	Reserva de lucros	Retenção de lucros	Lucros acumulados
Em 31 de dezembro de 2023	145.017	15.185	19.213	38.507	217.922
Distribuição de dividendos adicionais (Nota 20 (e))	-	-	-	(10.000)	-
Aumento de capital (Nota 20 (a))	18.600	-	(18.600)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	60.188
Constituição de reserva de incentivos fiscais (Nota 20 (d))	-	-	12.751	-	(12.751)
Destinação para reserva legal (Nota 20 (b))	-	3.009	-	-	(3.009)
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (Nota 20 (e))	-	-	-	-	(11.107)
Capitalização de reserva (Nota 20 (c))	-	-	-	33.321	(33.321)
Em 31 de dezembro de 2024	163.617	18.194	13.364	61.828	257.003
Distribuição de dividendos adicionais (Nota 20 (e))	-	-	-	(20.000)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	60.200
Constituição de reserva de incentivos fiscais (Nota 20 (d))	-	-	12.284	-	(12.284)
Destinação para reserva legal (Nota 20 (b))	-	3.010	-	-	(3.010)
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (Nota 20 (e))	-	-	-	-	(11.227)
Capitalização de reserva (Nota 20 (c))	-	-	-	33.679	(33.679)
Em 31 de dezembro de 2025	163.617	21.204	25.648	75.507	285.976

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

1. Contexto operacional - A Portocel - Terminal Especializado de Barra do Riacho S.A. ("Portocel" ou "Companhia"), que está situada em Barra do Riacho, município de Aracruz - ES, foi constituída em 1985 e tem como atividade a operação do Porto Organizado de Barra do Riacho, de propriedade de seus acionistas Suzano S.A. ("Suzano") e Celulose Nipo-Brasileira S.A. - CENIBRA ("Cenibra"), os quais são os principais usuários do terminal e os responsáveis pela determinação da taxa de manuseio cobrada pela Companhia. A Portocel opera sob autorização da União Federal conforme contrato de adesão assinado em 21 de março de 2016, cujo prazo de duração é de 25 anos, sendo assegurada a prorrogação por igual período, na forma da Lei. Esse contrato ainda prevê que, os bens móveis e imóveis são de propriedade da Suzano e da Cenibra, e podem ser revertidos à União Federal, após aviso e prévio pagamento de justa indenização em dinheiro. A Companhia possui contratos de prestação de serviços portuários com terceiros e com partes relacionadas, sendo que no ano de 2025 o faturamento junto a terceiros correspondeu a 83% (2024 - 54%) do total das receitas. Os principais serviços prestados pela Portocel são: • Embarque de celulose; • Embarque de produtos siderúrgicos; • Desembarque de sal; • Recebimento de celulose por barcaças e • Embarque de granito. **1.1. Principais acontecimentos ocorridos no exercício** - (a) **Reforma tributária sobre o consumo** - Em 08 de novembro de 2023, o Senado aprovou a proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 45/2019 e posteriormente promulgada por meio da Emenda Constitucional nº123/2023 que dispõe sobre a Reforma tributária sobre o Consumo, com o intuito de diminuir a complexidade tributária para assegurar transparência e prover maior cidadania fiscal. A reforma tributária está sendo criada no modelo chamado "IVA" imposto sobre Valor Adicionado, utilizado por mais de 170 países e no caso da reforma brasileira sendo criada o "IVA dual", que será repartido em dois tributos. Sendo um dos tributos na competência federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS, o COFINS e o IPI e o outro na competência Estadual e Municipal (Imposto sobre Bens e Serviços) - IBS que substituirá o ICMS e ISS. Além disso, foi criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Em janeiro de 2025, foi sancionado Projeto de Lei Complementar ("PL") 68/24, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamenta parte da Reforma Tributária. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PL nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PL nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Com isso haverá um período de transição entre os anos de 2026 e 2033, para as devidas adequações do novo sistema tributário fazendo a passagem do antigo para o novo sistema. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, serão efetivamente conhecidos quando da regulamentação via legislação infraconstitucional. Portanto, não existe qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das políticas contábeis materiais adotadas - **2.1. Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a base contábil de continuidade operacional e o custo histórico como base de valor. As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais as estimativas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2026. **2.2. Segregação de ativos e passivos entre circulante e não circulante** - Ativos ou passivos circulantes são aqueles cuja expectativa de realização ou desembolso não seja maior de 12 meses após a data do balanço. **2.3. Conversão em moeda estrangeira** - (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação** - A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real. (b) **Transações e saldos** - As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data da avaliação, para os itens que são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado e apresentados na rubrica "Variações monetárias e cambiais, líquidas". **2.4. Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são iguais e inferiores a 90 dias, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **2.5. Ativos financeiros** - A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao valor justo por meio do resultado e (b) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, conforme explicado abaixo:

(a) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** - Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de Receitas ou Despesas financeiras. Inclui o saldo de aplicações financeiras. (b) **Custo amortizado** - Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: (i) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (ii) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Inclui o saldo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos. Quaisquer alterações são reconhecidas no resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado. **2.5.1. Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5.2. Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado** - A Companhia avalia no final de cada período de apresentação do relatório, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: • dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; • quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; • torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; e • o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.6. Contas a receber de clientes** - As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços portuários no decurso normal das atividades da Companhia, registradas pelo valor nominal e deduzidas da provisão (impairment), quando aplicável. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. A Companhia não possui histórico de perdas de contas a receber de clientes e, por esse motivo, não há indícios da necessidade de constituição de provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa para seu contas a receber, conforme estabelecido pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Ainda assim, a área de Tesouraria da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes nacionais e do exterior e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido, considerando existências de garantias reais, situação financeira do cliente e envolvimento da área jurídica em alguma execução. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como impairment. A constituição e a reversão da provisão para contas a receber de liquidação duvidosa são registradas no resultado do exercício. **2.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma autoridade fiscal. As divulgações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social (ICPC 22) estão apresentadas na nota 19, caso aplicável. **2.8. Imobilizado** - Os bens do imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção, líquido dos

Demonstração do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro			
Em milhares de reais, exceto o lucro por ação			
	2025	2024	
Receita líquida de serviços (Nota 22)	287.549	248.202	
Custo dos serviços prestados (Nota 24)	(199.531)	(173.234)	
Lucro bruto	88.018	74.968	
Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	(30.173)	(30.841)	
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 24)	4.417	16.660	
Resultado operacional antes do resultado financeiro	62.262	60.787	
Despesas financeiras (Nota 23)	(793)	(2.344)	
Receitas financeiras (Nota 23)	12.502	12.282	
Variações cambiais e monetárias, líquidas (Nota 23)	(2.397)	1.687	
	9.312	11.625	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	71.574	72.411	
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14)	-	-	
Corrente	(11.468)	(13.832)	
Diferido	94	1.609	
Lucro líquido do exercício	60.200	60.188	
Lucro básico e diluído por ação - em reais (Nota 26)	1,54	1,54	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
	2025	2024	
Lucro líquido do exercício	60.200	60.188	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente do exercício	60.200	60.188	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

impostos recuperáveis, depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 16. Os terrenos não são depreciados. O custo das reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Reparos e gastos com manutenção são apropriados ao resultado no período de competência. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso aplicável, ao final de cada exercício. A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para impairment de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil residual e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado, na data da alienação. A Companhia executa serviços de dragagem que são técnicas de engenharia utilizadas para limpeza no fundo da água na entrada do canal e área interna do porto, por meio de equipamentos denominados "dragas". Com isso, permite a navegação segura no porto, garantindo a exigência estabelecida pela norma de tráfego e permanência de navios e embarcações, a qual prescreve as profundidades de águas (calado), dentre outros. Estudos preliminares e experiências anteriores indicam a necessidade de execução da dragagem com periodicidade de 2 anos. Os custos incorridos são capitalizados e depreciados linearmente até a execução da próxima dragagem. **2.9. Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que são sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia não identificou eventos indicativos de redução ao valor recuperável de seus ativos registrados ao custo amortizado. **2.10. Fornecedores** - Correspondem às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. São normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.11. Benefícios a administradores e empregados** - (a) **Obrigações de aposentadoria** - A Companhia participa de plano de pensão, administrado por entidade fechada de previdência privada, que prevê a seus empregados benefícios pós-emprego, classificado como contribuição definida. Nesse plano, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem contratuais de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas. (b) **Participação nos lucros** - A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados, calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas de benefícios a empregados no resultado do exercício, cujo passivo está registrado na rubrica "Salários e encargos sociais". **2.12. Provisões, ativos e passivos contingentes** - Ativos, anteriormente, tratados como contingentes, são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, quando os benefícios econômicos decorrentes de ações judiciais são praticamente certos e cujo valor seja possível de mensurar. Os ativos contingentes avaliados como de êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando material. Provisões são contabilizadas na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários, trabalhistas e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, os montantes envolvidos são divulgados nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. **2.13. Reconhecimento de receita** - As receitas de utilização da infraestrutura portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados. Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 passos: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança. **2.14. Receita financeira** - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida em que há expectativa de realização provável. **2.15. Dividendos** - A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo, com base delimitado no estatuto social, no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é destacado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido como "Dividendos adicionais propostos", até que ocorra a aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Após aprovação, é efetuado lançamento dos dividendos adicionais no passivo circulante. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio, caso ocorra será reconhecido na demonstração de resultado. **2.16. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC** - As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. **2.16.1. Alterações do CPC 02 (R2) / IAS 21: Ausência de permutabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025)** - As alterações criaram requisitos para que a entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é permutável por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e as divulgações a serem realizadas. Nesse contexto, a permutabilidade é tida como inexistente quando, para um determinado dia, a entidade não consegue obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia: (i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira; (ii) a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e (iii) os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam

Demonstração dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
	2025	2024	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	71.574	72.411	
Ajustes por			
Depreciação e amortização (Nota 24)	15.107	14.348	
Perda na alienação de imobilizado, líquido (Nota 15)	214	214	
Rendimento sobre aplicações financeiras (Nota 23)	(11.497)	(7.120)	
Variações cambiais e monetárias, líquidas (Nota 23)	2.397	(1.687)	
Rendimento recebidos aplicações financeiras	11.497	7.120	
Provisão (reversão) para causas judiciais (Nota 19)	433	3.255	
	89.725	88.541	
Variações nos ativos e passivos	(8.466)	(21.732)	
Contas a receber de clientes	2.519	(10.433)	
Tributos a recuperar	(1.583)	145	
Outros ativos	2.322	(505)	
Fornecedores e Adiantamentos a fornecedores	2.845	606	
Salários e encargos sociais	(1.739)	859	
Tributos a recolher	3.710	625	
Outras contas a pagar</			

>>>continuação

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	2025		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
Contas a receber de clientes	18.433	4.608	9.217

(ii) **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros** - Considerando que a Companhia não possui ativos significativos em que incidam juros (exceto pelo saldo de títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras), o resultado e os fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. (b) **Risco de crédito** - Relacionado à possibilidade de não cumprimento do compromisso da contraparte de uma operação. Para cada tipo de exposição de crédito e para cada tipo de contrato é feita uma modelagem específica para a averiguação dos riscos, obtenção das exposições e sensibilização dos limites. O risco de crédito é administrado pela controladora Suzano, de forma consolidada e decorre de equivalentes de caixa, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), box de renda fixa, fundos, operações compromissadas, seguradoras, clientes (prazo para pagamento), fornecedores (dos adiantamentos para novos projetos), entre outros. Para bancos e instituições financeiras (aplicações e conta corrente) foram criadas métricas quantitativas de aferição da exposição de crédito. O valor esperado de exposição *Expected Credit Exposure* (ECE) e de pior caso de exposição esperada *Worst Credit Exposure* (WCE) de todas as exposições de contrapartes financeiras são calculados (Nota 9). Caso a Companhia trabalhe com emissores privados que possuam mais de uma avaliação de *rating*, será considerada a mediana das classificações de rating caso três classificações de risco estejam disponíveis e, a menor classificação caso duas classificações de risco estejam disponíveis, das seguintes agências de rating: Fitch, Moody's e Standard & Poor's. O *rating* exigido para as contrapartes em escala local Brasil é A (ou A2), ou BBB+ (ou Baa1) em escala global. (c) **Risco de liquidez** - Conforme mencionado anteriormente, a gestão financeira da Companhia é realizada pela controladora Suzano, de forma consolidada, portanto, toda a gestão de liquidez segue a política da Suzano, que tem como política manter em caixa e aplicações financeiras um valor correspondente aos desembolsos operacionais. O excedente de caixa é investido em aplicações financeiras de alta liquidez. A tabela a seguir, analisa os passivos financeiros a serem liquidados por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados e, portanto, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Até		Entre um ano e 2 anos
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
Fornecedores, dividendos e outras contas a pagar	27.992	34	27.992
	27.992	34	27.992

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores, dividendos e outras contas a pagar	28.318	41	28.318	41
	28.318	41	28.318	41

4.2. **Gestão de capital** - O objetivo da administração do capital é a salvaguarda da capacidade de continuidade da Companhia para oferecer os benefícios para as partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o melhor equilíbrio na combinação de capital próprio ou capital de terceiros. Essa gestão, assim como a gestão financeira da Companhia é realizada no contexto da Tesouraria da controladora Suzano, de forma consolidada, portanto, as decisões relacionadas à captação de recursos, liquidações e a estrutura de capital são tomadas naquele contexto.

5. **Estimativa do valor justo dos ativos e passivos mensurados ao valor justo** - Os ativos e passivos mensurados ao valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial são classificados nos níveis da hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Apenas títulos públicos são classificados como Nível 1, na composição da rubrica títulos e valores mobiliários. • Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

	2025	2024
Ativos		
Ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	108.758	82.368
Contas a receber de clientes (Nota 9)	47.873	41.804
Outros ativos	608	1.033
	157.239	125.205

	2025	2024
Passivos		
Ao custo amortizado		
Partes relacionadas (Nota 10)	4.421	1.275
Fornecedores, dividendos e outras contas a pagar	27.992	28.318
	32.413	29.593

	2025	2024
7. Caixa e equivalentes de caixa		
Bancos conta movimento	6.746	15.028
Aplicações financeiras liquidez imediata (i)	102.012	67.340
	108.758	82.368

(i) Os valores de aplicações financeiras estão investidos em títulos privados representados por operações de CDB, e tem rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). O rendimento médio da carteira em 2025 foi de 90,53% do CDI (2024 - 103,1% do CDI).

8. **Qualidade dos créditos dos ativos financeiros** - As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários		
brAAA	105.490	79.268
brAA-	2.995	2.852
brBB4	273	248
	108.758	82.368

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
9. Contas a receber de clientes - 9.1. Composição dos saldos				
Clientes no país				
Partes relacionadas (Nota 10)	10.235	6.801		
Terceiros	19.205	15.738		
Clientes no exterior				
Partes relacionadas (Nota 10)	7.497	1.882		
Terceiros	10.936	17.383		
	47.873	41.804		

Os valores que compõem o saldo de contas a receber de clientes nacionais constituem R\$ 23.765 (2024 - R\$19.120) de valores a vencer e R\$ 5.675 (2024 - R\$3.419) vencidos em tratativas. Clientes estrangeiros constituem o saldo de R\$ 10.585 (2024 - R\$ 8.800) a vencer e R\$8.469 (2024 - R\$ 10.465) vencidos, porém já liquidados em janeiro de 2026. A Companhia não possui histórico e expectativa de perdas com créditos de clientes, portanto, não há saldo de provisões para créditos de liquidação duvidosa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

10. **Transações e saldos relevantes com partes relacionadas - (a) Saldos e transações** - As operações comerciais e financeiras da Companhia com seus acionistas, empresas controladas pela Suzano e outras partes relacionadas foram efetuadas nas condições definidas, valores, prazos e taxas, quando aplicável, descritas a seguir:

	Natureza	Saldos a receber (a pagar)	
		2025	2024
(i) Nos ativos e passivos			
Com acionistas			
Suzano S.A. (i)	Prestação de serviços portuários	10.122	5.946
Suzano S.A. (ii)	Ratios de despesas receber	181	-
Suzano S.A. (ii)	Ratios de despesas pagar	(4.421)	(1.275)
Suzano S.A. (iii)	Dividendos a pagar	(5.726)	(5.665)
Celulose Nipo-Brasileira S.A. (i)	Prestação de serviços portuários	818	891
Celulose Nipo-Brasileira S.A. (ii)	Ratios de despesas receber	4	-
Celulose Nipo-Brasileira S.A. (iii)	Dividendos a pagar	(5.501)	(5.442)
		(4.523)	(5.546)
Com empresas controladas pela Suzano			
Suzano Internacional Trade GmbH (i)	Prestação de serviços portuários	6.607	1.847
		6.607	1.847
Classificados nas seguintes rubricas			
Nos ativos			
Contas a receber de clientes (Nota 9)		17.732	8.683
Nos passivos			
Dividendos a pagar (Nota 20 (e))		(11.227)	(11.107)
Partes relacionadas		(4.421)	(1.275)
		2.084	(3.699)

TERMINAL ESPECIALIZADO DE BARRA DO RIACHO S.A. CNPJ Nº 28.497.394/0001-54

	Natureza	Recargas (despesa)	
		2025	2024
(ii) No resultado do exercício			
Com acionistas			
Suzano S.A. (i)	Prestação de serviços portuários	100.990	96.651
Suzano S.A.	Despesas administrativas	(4.547)	(3.939)
Celulose Nipo-Brasileira S.A. (i)	Prestação de serviços portuários	12.929	11.678
		109.372	104.390
Com empresas controladas pela Suzano S.A.			
Suzano Internacional Trade GmbH (i)	Prestação de serviços portuários	18.966	22.188
		18.966	22.188
		128.338	126.577

(i) Referem-se às recargas pela prestação de serviços portuários, cujos prazos de vencimento são em média de 20 dias. (ii) Refere-se ao saldo de conta corrente mantido com o acionista controlador, os quais efetuam pagamentos mensais por conta e ordem da Companhia, não sujeitos a encargos financeiros. (iii) Referem-se aos valores dos dividendos obrigatórios. (b) **Remuneração do pessoal-chave da Administração** - A Companhia não oferece a seus administradores nenhum benefício adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios, como licença por tempo de serviço.

	2025	2024
11. Tributos a recuperar		
PIS e Cofins	4.526	6.883
IRPJ e Contribuição Social	2.869	3.106
PIS e Cofins sobre aquisição de imobilizado	177	197
INSS	8	5
	7.580	10.193

A classificação contábil dos tributos a recuperar leva em consideração as expectativas da Administração de realização futura destes créditos.

	2025	2024
12. Adiantamentos a fornecedores		
Adiantamento a empregados (i)	2.002	1.490
Adiantamento ao OGM (ii)	1.453	4.580
Outros adiantamentos	1.248	869
	4.703	6.939

(i) Os adiantamentos a empregados consistem, principalmente, aos pagamentos do adiantamento salarial e ao adiantamento do pagamento das participações de resultado da Companhia. (ii) Os adiantamentos realizados ao OGM (Órgão de Gestão de Mão de Obra) consistem no pagamento do ticket bônus dos empregados avulsos que são calculados de acordo com as metas de embarque realizadas ao longo dos meses.

	2025	2024
13. Tributos a recolher		
ISS a recolher	2.351	1.527
PIS e COFINS a recolher	1.993	1.696
CSLL a recolher	1.418	976
IRRF a recolher	1.008	862
INSS a recolher	119	201
Retenção PIS COFINS CSLL Recolher	184	121
	7.073	5.383

15. Imobilizado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, veículos e acessórios	Equipamentos de processamento de dados	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Terrenos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	122.766	13.013	1.499	1.367	18.910	-	157.556
Adições (i)	-	789	-	-	8.299	-	9.088
Baixas	(25)	(5)	-	(184)	-	-	(214)
Depreciação	(10.238)	(1.428)	(641)	(201)	-	-	(12.508)
Transferências	8.644	6.349	1.121	236	(18.678)	2.000	(329)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	121.147	18.718	1.979	1.219	8.530	2.000	153.593
Adições (ii)	-	938	769	280	21.776	-	23.763
Baixas	(36)	(176)	-	(2)	-	-	(214)
Depreciação	(10.618)	(1.708)	(755)	(214)	-	-	(13.295)
Transferências	12.024	202	1.958	-	(14.184)	2.000	163.847
Saldo em 31 de dezembro de 2025	122.517	17.974	3.951	1.283	16.122	2.000	163.847
Em 31 de dezembro de 2024							
Custo	219.297	26.572	6.808	2.936	8.530	2.000	266.146
Depreciação acumulada	(98.150)	(7.854)	(4.829)	(1.717)	-	-	(112.553)
Saldo contábil, líquido	121.146	18.718	1.979	1.219	8.530	2.000	153.593
Em 31 de dezembro de 2025							
Custo	231.285	27.536	9.535	3.214	16.122	2.000	289.692
Depreciação acumulada	(108.768)	(9.562)	(5.584)	(1.931)	-	-	(125.845)
Saldo contábil, líquido	122.517	17.974	3.951	1.283	16.122	2.000	163.847

(i) A adição de imobilizado é representada substancialmente por projetos de sistema elétrico de hidrantes e a adequação da NR 10 - Norma regulamentadora fundamental para garantir a segurança e confiabilidade do sistema de emergência a fim de atender as medidas de prevenção de segurança e saúde no trabalho portuário. Em 31 de dezembro de 2024, há um efeito no caixa de R\$ 607. (ii) A adição de imobilizado é representada substancialmente por projetos de manutenção civil para reparo no piso dos berços 101 e 102. Em 31 de dezembro de 2025, há um efeito no caixa de R\$ 480 (2024 - R\$ 607). A seguir, as taxas médias anuais de depreciação dos bens classificados no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, de acordo com a vida útil estimada dos bens:

	Taxa anual de depreciação - %
Edificações e benfeitorias	4,751
Máquinas, equipamentos, veículos e acessórios	10
Equipamentos de processamento de dados	20
Móveis e utensílios	10
A Companhia não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiram a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.	

	Software para computadores	Direito de uso software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.461	284	4.745
Adições	439	439	878
Amortização	(1.722)	(118)	(1.840)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.178	166	3.350
Amortização	(1.718)	(94)	(1.812)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.466	72	1.538
Em 31 de dezembro de 2024			
Custo	8.298	3.311	11.609
Amortização acumulada	(5.114)	(3.145)	(8.259)
Saldo contábil, líquido	3.184	166	3.350
Em 31 de dezembro de 2025			
Custo	8.298	3.311	11.609
Amortização acumulada	(6.832)	(3.239)	(10.071)
Saldo contábil, líquido	1.466	72	1.538

16. **Intangível**

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Adições

Amortização

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Amortização

Saldo em 31 de dezembro de 2025

Em 31 de dezembro de 2024

Custo

Amortização acumulada

Saldo contábil, líquido

Em 31 de dezembro de 2025

Custo

Amortização acumulada

Saldo contábil, líquido

(i) A Companhia possui aluguéis de certos itens considerados de baixo valor, com prazo contratual inferior a 12 meses e contratos de locação que as manutenções preventivas e corretivas assim como a troca das máquinas são de responsabilidade do fornecedor, e desta forma não se aplica o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existem valores que foram objeto de antecipação com instituições financeiras (Risco Sacado) na rubrica de Fornecedores.

	2025	2024
18. Salários e encargos sociais		
PPR - participação nos lucros	7.119	5.232
Férias e encargos sociais a pagar	5.494	4.792
Encargos sociais	1.868	1.612
	14.481	11.636

19. **Provisão para passivos judiciais** - A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista e, está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais e seguro garantia quando necessário. Com base na análise individual dos processos e, tendo como suporte a opinião de seus assessores legais externos e internos, a administração acredita que as provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são suficientes para cobrir as eventuais perdas. Os depósitos judiciais correspondentes às provisões de prognóstico de perda provável são apresentados em conjunto com a provisão para o passivo judicial e os depósitos judiciais relacionados aos processos com prognóstico de perda remota e possível são apresentados no ativo não circulante. A seguir, demonstramos a composição das provisões para passivos judiciais, líquidas dos depósitos judiciais que estão diretamente vinculados com essa provisão:

	2025	2024
20. Salários e encargos sociais		
PPR - participação nos lucros	7.119	5.232
Férias e encargos sociais a pagar	5.494	4.792
Encargos sociais	1.868	1.612
	14.481	11.636

Essa redução decorre do encerramento de processos com prognósticos de perda provável classificados por nossos assessores jurídicos. Segue demonstrativo da movimentação da provisão para causas judiciais:

	2025	2024
Saldo inicial	6.913	5.731
Resgate de depósitos judiciais	2.814	59
Entrada de depósitos judiciais	(924)	(2.073)
Atualização monetária	300	1.154
Reversão/Baixa de processos (i)	(4.990)	(717)
Adição de provisão de causas judiciais	2.309	2.759
Saldo final	6.422	6.913

(i) As reversões e/ou baixas referem-se a mudanças e atualizações de prognósticos dos processos judiciais sem movimentação monetária. 1. **Provisão dos processos com risco de perda provável, líquida de depósitos judiciais** - (a) **Tributário** - A Companhia figura no polo passivo em 5 (2024 - 5) processos administrativos e judiciais de natureza tributária, nos quais são discutidas matérias relativas a recolhimento do ISS no local onde o serviço foi prestado

14. **Tributos sobre o lucro** - (a) **Composição de tributos diferidos** - O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos representam o crédito tributário oriundo de diferenças temporárias, e são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A administração considera que os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução das contingências e liquidação das outras contas a pagar e participação nos lucros. A movimentação do saldo de imposto de renda diferido é a seguinte:

	2025	2024
Movimentação das diferenças temporárias relacionadas a:		
Provisões para causas judiciais	(2.166)	3.384
Outras contas a pagar	555	1.702
Participação nos lucros	1.888	(355)
Total das movimentações das diferenças temporárias do		

12343 PORTOCEL- BALANCO 2025.pdf

Código do documento: 12343



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

01 abr. 2026, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 12343

Criado por: Rafaela Casotte Cunha Daniel **Email:** arte@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2026-04-01T10:41:39-03:00

01 abr. 2026, 10:41:39 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2026-04-01T10:41:39-03:00

01 abr. 2026, 10:41:39 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2026-04-01T10:41:39-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 8d8051dc8ffac78c7e3433947068e62f461c67d0bd2d4b9f6479a583fac00a2c

[SHA512]: f89e2e44f0635dbcac555ddae6a28937c8f4cb6ad1a92ab7a80699b9f50097110eb2492e166edb59f304fb645464c8d62215a062135081ff2655d7a40a1807bb

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB